

Desafios de uma reforma radical do Estado neoliberal e da sociedade civil na América Latina, no contexto do novo governo do Brasil.

Lúcio Fernando Oliver Costilla<sup>1</sup>

Resumo: Tendo em pauta a nova conjuntura do Brasil no contexto da América Latina, se procurará discutir a situação atual deste país, para contrapor tendências, opções e políticas prevalentes na América Latina perante o que se apresenta como uma nova e radical reforma democrática do Estado que, no âmbito interno e internacional, se propõe recuperar soberania e capacidade de regulação política do sistema econômico nacional; redirecionar as políticas neoliberais atuais, transformar as instituições e práticas políticas e mudar os fundamentos econômicos e sóciopolíticos do poder neo-oligárquico financeiro e do espaço público privatizado.

Debaterão-se os obstáculos que apresentam os lassos financeiros internacionais, as definições fechadas de política econômica, as estruturas autoritárias do Estado e dos partidos políticos, as redes conservadoras do poder e o isolamento regional do país, para o avanço duma participação cidadã independente, no sentido da criação política dum novo modelo econômico-político e de novos espaços públicos democráticos.

O eixo é debater quais os obstáculos e as opções realistas para uma mudança profunda do poder e da política (sociedade política e sociedade civil) no âmbito da atual mundialização do capital e da hegemonia político militar unilateral dos Estados Unidos de América. Especial tratamento terá a consideração das grandes linhas para o engajamento e transformação da atual sociedade civil mercantilizada por uma sociedade civil reorganizada.

**XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, GT 8. 1-5 de 9.2003.  
Desafios de uma reforma radical do Estado neoliberal e da sociedade civil na América Latina, no contexto do novo governo do Brasil.**

---

<sup>1</sup> Universidad Nacional Autónoma de México/ Universidade Federal do Ceará.

**Por Lucio Oliver**

“A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política” (A. Gramsci, Cadernos do Cárcere, Vol. 3, Brasil, Ed. Brasiliense, nota 5, p. 21.)

### **1. Brasil hoje: uma virada reformadora na América Latina.**

No final do ano passado Brasil atraiu a atenção mundial pela vitória eleitoral dum candidato operário com um programa de amplas reformas do capitalismo, pertencente a um partido que se reclama dos trabalhadores. Na América Latina foi um sinal do deterioro da legitimidade política duma mundialização desigual e uma expressão da resistência da população à hegemonia neoliberal nos países de capitalismo dependente de desenvolvimento médio. Em conseqüência se espera do novo governo uma mudança forte de rumo. Em oito meses de atividade, o governo do flamante presidente Lula tem viabilizado políticas de estabilidade macroeconômica e de reformas, que sem embargo criam desconcerto, tanto para a direita que esperava aparecer um diabo radical atrás do “Lula paz e amor”, como para a esquerda que não esperava a continuidade tão nítida das políticas

macroeconômicas estabilizadoras de tipo neoliberal, nem concordou com o caráter fiscalista da reforma da previdência e tributária. Como definir (entender, avaliar) o projeto político que está atrás dessas políticas aparentemente contraditórias? No fim de contas, qual é o projeto político do novo governo? Tal como foi colocado pelo Gramsci, toda força política expressa projetos que tem referência nos interesses econômicos, políticos ou hegemônicos de um grupo social. No Brasil, vale dizer, no último governo entrou numa crise aguda o projeto de capitalismo nacional, tanto pelas tendências mundiais da globalização, como pela política neoliberal de favorecer a dominância financeira do governo FHC<sup>2</sup>. Abriu-se uma expectativa nacional de mudança; mas mudar para onde? Para o rumo da crítica anticapitalista dos trabalhadores? O movimento sindical está numa crise profunda pela precarização do trabalho e pela falta de interlocução social e política, no contexto da presença de novos movimentos e atores sociais, e o próprio movimento dos trabalhadores ainda não se recupera depois da queda do socialismo estatista burocrático nos países de Leste europeu. Assim, o que para alguns analistas de grande prestígio como Coutinho e Lowy, foi, na vitória eleitora do Lula, um triunfo do PT e do movimento dos trabalhadores<sup>3</sup>, tem se demonstrado uma leitura apressada: o que triunfou foi, como disse Francisco de Oliveira, um elos de mudança reformadora proveniente dum caleidoscópio confuso de forças e posições, guiado pelo somatório de descontento, desespero e desilusão com o governo anterior<sup>4</sup>. Já na disputa eleitoral ficou claro que o Lula e o PT não estavam propondo um programa

---

<sup>2</sup> Francisco de Oliveira, “O enigma de Lula: ruptura ou continuidade”, em revista Margem esquerda, Brasil, número 1, 2003.

<sup>3</sup> Carlos Nelson Coutinho, posição descrita por Pedro Castro no Jornal Inverta, “Sobre as faces da moeda”, p. 7, 18 a 24 de julho de 2003. Michel Lowy, “A dança das estrelas ou um outro Brasil é possível”, revista Margem Esquerda, No. 1, Brasil, 2003.

<sup>4</sup> Francisco de Oliveira, op. Cit.

socialista para o Brasil, e sim um programa reformista de desenvolvimentismo democrático e popular de tipo “socialdemócrata” –porem, com mais coerência “social” e “democrata” que o programa do presidente anterior. A proposta política de reformas capitalistas esteve emblematicamente simbolizado pela chapa operário presidente-capitalista vice-presidente<sup>5</sup>.

O projeto socialdemócrata de reformas profundas propõe a continuidade “com autonomia relativa” da inserção do Brasil na globalização, a retomada do papel estratégico do Estado na condução da economia nacional, a recuperação da soberania e novas políticas para incidir com soluções na questão social, eixo central da orientação do governo <sup>6</sup>. Os oito meses de mandato demonstram os acertos do novo governo de estabilizar a economia, iniciar políticas sociais profundas e conseguir uma governabilidade democrática, a partir de políticas contraditórias, de continuidade e mudança, e um avanço no programa de reformas, porem a partir duma óptica politicamente diminuída, e no caso das reformas da previdência e tributária, de predomínio fiscalista.

## **2.Uma redefinição democrática do poder.**

A partir das próprias colocações mencionadas do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e de seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>7</sup>, nos primeiros meses de governo, fica claro que seu programa político estará encaminhado a uma reforma profunda do capitalismo, com nacionalismo,

---

<sup>5</sup> Wolfgan Leo Maar, “Por una nova cultura política”, revista Margem Esquerda, número 1, Brasil, 2003.

<sup>6</sup> Discurso europeu de Lula em Le Monde, França, janeiro de 2003.

<sup>7</sup> Documento do PT Resolução sobre conjuntura: o Brasil começa mudar, março de 2003.

democracia, participação popular e políticas sociais<sup>8</sup>. Isso quer dizer que estamos perante *uma substantiva redefinição democrática do poder*, num país inserido nas relações capitalistas internacionais, num contexto geral de mundialização do capital e domínio político militar abrumador dos Estados Unidos na América Latina. Falamos de redefinição democrática do poder no sentido de que a posse do governo pelo presidente Lula (a posse do imenso aparelho administrativo burocrático militar e de uma boa parte da sociedade política) sinaliza por si mesma uma extensão democrática do Estado, dado que, junto a influencia até hoje predominante de grandes financeiros, empresários e latifundiários nacionais e estrangeiros –incrementada substancialmente sob o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso-, a influência de representantes de outros interesses e políticas, que se reclamam dos trabalhadores urbanos e rurais, de empresários nacionais, assim como de organizações progressistas da sociedade civil em geral, vã a estar diretamente atuando nas decisões do governo. Redefinição democrática do poder também pela possibilidade de que com o novo governo o poder seja realmente democrático ( que a república seja democrática social e não só democrática liberal) no sentido de que as contradições sóciopolíticas da sociedade possam se expressar aberta, legal e amplamente nas instituições do poder e as

---

<sup>8</sup> Confr. José Luis Fiori, “Para leer a vitória de Lula”, Correio da cidadania, pag. de internet, semana de 21/12 a 28/12, 2002; Wolfgang Leo Maar, “Por una nova cultura política”, em Revista Margem Esquerda, No. 1, junho 2003 .

propostas dos trabalhadores possam ser aceitas se obtém consenso da sociedade.

Hoje se tem conformado uma nova configuração “democrática” da política no poder do Estado com a maior participação nas câmaras dos partidos que se reclamam dos trabalhadores (PT,PCB,PDT,PSB,PPS), com a participação de representantes da sociedade civil no novo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e nos Comitês do Programa Fome Zero. Ficam cinco instituições fora dessa ampliação democrática: o sistema judiciário que se assume como instituição intocável e que já foi criticada pelo próprio presidente da República -que anunciou uma iniciativa futura para submeter a instituição a um controle externo-; os membros do “gabinete econômico” que tem uma capacidade própria de decisão nos assuntos da política econômica, e o Presidente do Banco Central, com recém outorgada autonomia jurídica. Ambas instituições mantêm uma situação de privilégio que é resultado da herança do passado, dos reclamos dos organismos financeiros internacionais (FMI e BIRD), como duma conceição elitista da própria esquerda que considera a política econômica um assunto de especialistas. Por outra parte, as câmaras de Deputados e as câmaras de senadores, cuja vida política ainda não tem fiscalização nem controle da sociedade e se assume como um poder sobre a sociedade. A própria

presidência da República e os governadores e prefeitos dos Estados também têm autonomia para estabelecer suas orientações e políticas só que ela fica sob a crítica da opinião pública e sob um controle relativo das câmaras.

Além de ser uma idéia cuja possibilidade ainda não foi confirmada pela história dos países de capitalismo periférico, os interesses históricos dos trabalhadores do Brasil, no entanto, não estão limitados somente à existência de um capitalismo nacional reformado e dum poder democrático pleno, o que fica muito difícil de se estabilizar no âmbito do domínio mundial e nacional do capitalismo transnacionalizado. A coexistência no poder do Estado de uma contradição aberta de interesses opostos entre capital financeiro transnacional e interesse produtivo nacional, entre capitalistas estrangeiros-nacionais e trabalhadores, entre grandes e pequenos e médios capitalistas não é uma situação que possa se estabilizar por um prazo longo. Nem parece passível manter por muito tempo essa contradição, embora exista o debate aberto e a confrontação política e nela continue predominando a política do grande capital: acumulação transnacional de capital financeiro e produtivo, exclusão social, precarização do trabalho e opressão parcial dos trabalhadores –ainda que possa se conseguir alguma regulação do Estado na economia e uma diminuição da dívida social- , situação que, igual que como aconteceu na

Espanha depois do período dos socialistas de Felipe González, poderia levar no Brasil à retomada do poder pelos representantes da direita empresarial.

Sendo assim as coisas, para os trabalhadores do Brasil avançar neste novo poder democrático no sentido da crítica do capitalismo e do Estado capitalista brasileiro, convém definir a nova situação da sociedade civil e do poder político como um *processo aberto*, socializar estratégias para caminhar nesse processo no sentido dum aprofundamento democrático e duma mudança do Estado (sociedade política mais sociedade civil), o que criaria condições políticas para a principal dificuldade e a principal tarefa neste momento histórico dos países da América Latina: elevar a organização política e a consciência teórica dos trabalhadores, incorporar ao governo aos representantes dos trabalhadores rurais atualmente em luta na oposição, enfrentar as redes conservadoras do poder, reformar e desenvolver a sociedade civil popular num sentido de ela apoiar uma transformação social radical, isto é, avançar em converter os trabalhadores do Brasil num verdadeiro poder interno, regional e internacional e para enfrentar, em condições mais favoráveis, a luta interna pelo poder contra o capital nacional e transnacional e a luta internacional pela redefinição democrática do poder nas relações internacionais.

### **3. A problemática do aprofundamento democrático e os pilares conservadores do Estado democrático moderno.**

Aprofundamento democrático quer dizer conseguir mudanças políticas nas instituições do Estado e da sociedade civil, nos espaços públicos, que consigam redefinir a institucionalidade política do Estado e reconhecer novos direitos da cidadania, que levem à participação da sociedade civil popular no poder político no sentido de o processo sóciopolítico ultrapassar os limites políticos da democracia liberal. A atual democracia liberal está sustentada em vários pilares, os quais precisariam ser desmontados.

Um primeiro pilar é a separação entre política e economia, que se mantém fortemente como um grande ganho da ideologia política neoliberal e que no Brasil ainda está formando parte substancial da visão da política da própria esquerda –do PT, dos outros partidos, da CUT e do próprio movimento social-. É necessário fazer uma crítica a essa separação e construir uma definição social e nacional da política econômica. Esta separação foi definida pelo Consenso de Washington e pelos organismos financeiros transnacionais, e se traduz na existência duma política econômica baseada no “livre mercado” decidida exclusivamente pela negociação entre os grupos empresariais e financeiros com os gabinetes econômicos dos governos, o que resulta da impossibilidade da sociedade civil popular participar na definição

das políticas econômicas. O orçamento participativo e a elaboração política nacional de planos de desenvolvimento econômico no Brasil—que fazem parte da política a ser impulsionada pelo governo Lula- não mudam essencialmente esta situação na medida em que a participação popular de produz dentro dos limites dum orçamento definido previamente pelas negociações do governo com os organismos financeiros. Porquê a sociedade (a sociedade civil e a sociedade política) não pode definir soberana e autonomamente a disposição da riqueza social produzida pela nação?

Um segundo pilar é a delimitação “estatal” do público, expressada na separação quase absoluta entre instituições públicas e sociedade civil popular, no plano da União, dos Estados e dos Municípios. A criação de espaços públicos democráticos no nível federal, estadual e local faz parte de um processo muito avançado no Brasil mas que ainda não terminou<sup>9</sup>. Boa parte dos Conselhos de participação, das Ouvidorias populares e Associações entre poder público e representantes populares tem servido mais para legitimar projetos de poder que para canalizar decisões realmente compartilhadas entre governos e sociedade<sup>10</sup>.

Um terceiro pilar conservador do Estado, vinculado com o item anterior, é a democracia liberal. A democracia política atual nos Estados

---

<sup>9</sup> Evelina Dagnino, *Sociedade civil e Espaços públicos no Brasil*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002

<sup>10</sup> *Ibid.*

republicanos da América Latina está marcada pelo acento que os sistemas políticos colocam nas políticas eleitorais como eixo da participação da sociedade civil no processo político; políticas eleitorais dominadas pelo poder burocrático da mídia e cujo fim principal é vanalizar as campanhas políticas e despolitizar o debate sobre os interesses em jogo<sup>11</sup>. Esse acento teria que ser trocado pela relevância das definições programáticas expressadas em conselhos de participação democrática, e pelos mecanismos de consulta obrigatória e de plebiscito popular.

Um quarto pilar conservador do Estado está no fato de os partidos políticos terem caráter estatal ou estarem estatizados, isto é, estar determinados pelos compromissos com o Estado e não com a sociedade. A independência quase absoluta dos partidos com respeito à sociedade depois das eleições, e o fato de ser financiados em grande medida pelo Estado, não tem criado contrapontos de obrigações dos partidos com a sociedade civil popular. Novas leis que estabelecessem a obrigação de os partidos consultar aos eleitores e à sociedade –plebiscitos e referendos populares-, assim como a criação de novos direitos dos cidadãos para que estes além de ter influência nos partidos pudessem competir com eles no âmbito da política institucional e nas decisões do poder parlamentar.

---

<sup>11</sup> Luis António Guimarães. O governo Lula e os meios de comunicação, em Revista Margem Esquerda, No. 1, Brasil, 2003.

O aprofundamento democrático leva a colocar em xeque os pilares conservadores do Estado, e a mudá-lo no sentido de subordinar crescentemente as instituições estatais a uma sociedade civil reformada e com maiores direitos.

No programa de reformas do PT para este novo período do governo Lula está indicada uma reforma política. Hoje existe um consenso conservador entre os partidos políticos brasileiros no sentido de inibir as grandes mudanças políticas no sistema político para centrá-las na questão da punição da infidelidade partidária e da mudança nos critérios das alianças eleitorais, num ambiente limitado à “redefinição da estrutura de competição entre as agremiações (partidos)”<sup>12</sup>.

#### **4. A crítica do Estado.**

O aprofundamento democrático no período do governo Lula não será possível se não ocorrer mudanças substanciais no caráter financeiro gerencial do Estado neoliberal. Como foi colocado pelo pesquisador alemão Joachim Hirsch, os Estados transformaram seu caráter na mundialização para se adequar à concorrência capitalista neoliberal. Os Estados de competição definem-se por ter transformado suas estruturas e o eixo da suas políticas ao

---

<sup>12</sup> Fabiano Santos, A reforma política consensual, artigo publicado em Dialogo e cooperação, pela fundação Konrad Adenauer, 2003.

serviço da valorização do grande capital transnacional. Na América Latina, onde os Estados não têm sustento num sistema econômico nacional integrado, nem contam com grandes grupos e firmas financeiras transnacionais, não se tem conformado Estados de competição, capazes de se beneficiar com a valorização do capital e a concorrência com outros capitais, senão que aqui existem Estados gerenciais ao serviço do capital financeiro, enfraquecidos pela fragmentação econômica, pela desindustrialização, pelas políticas de privatização neoliberal e dominados pelas redes financeiras transnacionais que definem quando, como e se investem ou tiram capital nos países<sup>13</sup>. O Estado político moderno, inclusive nos países da América Latina, está numa crise maior: ele foi redesenhado para valorizar o grande capital transnacional e cada vez tem menos fontes de ingresso (próprias e não próprias) para resolver necessidades sociais e nacionais. A reforma burocrática neoliberal do Estado diminuiu não só a soberania nacional e estatal, senão que mudou o caráter do Estado no sentido de que ele hoje tem uma dívida onerosa e impagável e carece de empresas públicas e fontes próprias de recursos e, pelas obrigações com a valorização do capital financeiro, carece dos recursos necessários para atender minimamente necessidades sociais de emprego, moradia, saúde,

---

<sup>13</sup> Joachim Hirsch, “La internacionalización del Estado”, em Elza Braga (organizadora). América Latina. Transformações econômicas e políticas, Fortaleza, Brasil, Ed. UFC, 2003. Lucio F. Oliver Costilla, “Transformações do Estado e da sociedade civil na América Latina”, em Ibid; Carlos Américo Leite Moreira, Uma reflexão sobre a dinâmica do investimento estrangeiro direto no Brasil, num contexto de liberalização comercial e de desregulamentação financeira”, em *ibid*.

educação, inclusão, participação. Com recursos financeiros, econômicos e políticos comprometidos e limitados, isto é, com obrigações com o sistema financeiro internacional e nacional, sem empresas e fundos públicas, sem capacidade legal e política de regulação do sistema econômico nacional, sem possibilidade legal e política de colocar barreiras alfandegárias para produtos, serviços e capitais, sem os ingressos derivados do imposto substancial ao lucro do capital transnacionalizado ou com redução crescente dos ingressos derivados dos salários pelo desemprego crescente (20% da PEA), submetido à “boa vontade” dos prestamistas e dos investidores privados —isto é à servidão aos interesses e ditados do capital transnacionalizado— o Estado gerencial atual existe principalmente para a governabilidade social (isto é, para o controle social e político). O eixo de acumulação da sociedade capitalista latino-americana atual está dominado pelo capital financeiro e produtivo transnacionalizado, como estabelecem as pesquisas sobre o peso do capital transnacional comparado com o do capital nacional na indústria como na agroindústria<sup>14</sup>. Em tanto esse eixo não mudar, o Estado nacional não terá recursos suficientes e terá que ter subserviência ao capital não só nas políticas econômicas, senão também nas diretrizes e na porcentagem do gasto público.

---

<sup>14</sup> Carlos América Leite Moreira, *ibidem*.

## **5. O valor sóciopolítico dos Estados latino-americanos**

O Estado político brasileiro, igual que os Estados latino-americanos, ainda tem um recurso fundamental: o recurso político, a legitimidade e a legitimidade para existir como expressão e representação da nação. As classes medias e populares da sociedade junto a classe trabalhadora tem que lutar por repor no Estado e na sociedade civil a consciência da existência desse recurso. E tem que usar esse recurso para recompor o Estado, para criar um novo Estado político nacional popular ao serviço das mudanças num sentido de transformação social. Esse novo Estado terá que criar recursos próprios da criação de novos eixos de acumulação que resultem numa atividade produtiva crescente, paralela e independente do Estado democrático sob controle social, assim como de projetos de integração como outros Estados democráticos da América Latina.

## **6. O outro lado do Estado democrático: a nova sociedade civil.**

Se já se iniciou a aplicação do programa de campanha, se constituiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e foram lançadas as novas políticas sociais como o programa Fome Zero, então porquê o desespero, a impaciência e até o desencantamento atual das lideranças intermédias dos movimentos sociais e dos intelectuais radicais que apoiaram a candidatura de

Lula? O caráter fiscalista mesmo da proposta de Reforma da Previdência já estava contemplado no próprio projeto do PT e não deriva somente das exigências do Fundo Monetário Internacional. A crítica mais de fundo com respeito a reforma é que não foi pensada como uma proposta de ampliação de direitos senão como uma via para a obtenção de mais recursos para o Estado. Parece então que o que explica esse descontentamento é a falta de uma retomada do social na definição da política. Houve um deslocamento do PT e do presidente ao centro, no sentido programático, o que se explica por uma avaliação de realismo político e que não quer dizer de por si um abandono do programa de transformação em um longo prazo. Más a pergunta fundamental é saber si houve tal deslocamento de orientação no sentido social? Cabe a pergunta de se já existem indicadores de que o governo não está interessado em mexer com a sociedade civil para fazê-la co-participar do projeto de mudança? Parece cedo para uma resposta definitiva.

Num sentido poderíamos dizer que com suas limitações e com mais obstáculos burocrático políticos do que ele mesmo esperava, o governo está fazendo a sua parte na promoção do projeto socialdemócrata, mexendo com as reformas e com o social, sem que até hoje tenha se criado uma nova cultura política que faça da participação social e do involucramento dos cidadãos o eixo das novas políticas. Contudo, aparecem varias perguntas: será que como

comenta o intelectual argentino Atilio Borón<sup>15</sup> a proposta reformista limitada é o pior caminho para conseguir mudanças em lugar de propor grandes objetivos de vez que no final consigam algumas transformações? Os entraves do poder executivo para viabilizar as reformas e os novos programas demonstram as dificuldades para novas orientações na sociedade política e na estrutura social. Mas fica claro que nenhum projeto é suficiente se só está ancorado na administração pública e na sociedade política. Por isso o outro lado da moeda está na própria sociedade. Onde estão os projetos e as políticas de mudanças da sociedade civil? E os movimentos sociais? E o PT? E os partidos progressistas de centro e de esquerda? E os votantes desencantados? Por que eles não fazem algo tangível, por que eles não estão nas ruas, nos bairros, nas escolas, nas universidades, nas fábricas, mudando a sociedade civil, criando uma nova cidadania ativa e participante e fazendo avançar o projeto de mudanças? O Brasil tem uma acumulação de experiências e organizações, conselhos, praticas de ONG, história de foros da sociedade civil, movimentos sociais, como nenhum outro país da América Latina, tal como foi claramente exposto no trabalho sobre sociedade civil no Brasil de Evelina Dagnino<sup>16</sup>. Justamente por isso um outro caminho de aprofundamento democrático e transformação do Estado é a criação de espaços públicos democráticos de participação popular que no espaço social sejam uma crítica da velha sociedade civil autoritária, burocrática, passiva, despolitizada, para reformá-la e criar como parte do projeto de mudanças do Brasil atual uma outra sociedade civil democrática, participativa, ativa, politizada que possa ir se apropriando do processo de mudanças. As iniciativas recentes nesse sentido são muito alentadoras, como está ficando claro nas políticas do Movimento

---

<sup>15</sup> Atilio Borón, ALAI, artigo em Internet sobre o que deixa a experiência Argentina ao Brasil, 13 de agosto de 2003.

<sup>16</sup> Evelina Dagnino, Sociedade civil e espaços públicos no Brasil, São Paulo, Paz e terra, 2003.

dos Trabalhadores Sem Terra, nos análises de conjuntura periódicos da Comissão Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) ou nas plenárias regionais da Coordenação dos Movimentos Sociais que se colocam como co-participes das mudanças e não como atores passivos das políticas contraditórias do programa de reformas profundas do governo<sup>17</sup> cuja experiência será fundamental para os futuros projetos anti-neoliberais e de esquerda da América Latina.

---

<sup>17</sup> “Movimentos sociais brasileiros apresentam plataforma comum, Coordenação dos Movimentos Sociais lança documento-base, ALAI, América Latina em movimiento, 19 de agosto de 2003.